

Seminário "A integração latino-americana e caribenha e os desafios dos governos de esquerda e progressistas"

Relatório político¹

Como parte das atividades do XXVI Foro de São Paulo (FSP), ocorrido em Brasília entre 28/06 e 02/07/2023, as fundações brasileiras Perseu Abramo (FPA) e Mauricio Grabois (FMG), vinculadas respectivamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), realizaram o Seminário "A integração latino-americana e caribenha e os desafios dos governos de esquerda e progressistas".

Seminários com esse caráter, que visam a um público mais amplo que o das delegações dos partidos do FSP e são transmitidos *on-line* pelos canais das fundações e/ou do próprio FSP, vêm sendo realizados desde 2011, a partir de uma decisão do próprio Foro celebrada no ano anterior. E ainda que as temáticas tratadas tenham variado ao longo dos anos, é possível dizer que desde a primeira edição prevaleceu, como eixo vertebral, a questão da integração da América Latina e Caribe – que este ano aliás foi o tema central do próprio XXVI Encontro, a partir da adoção da consigna "Integração regional para avançar na soberania latinoamericana e caribenha"².

Este ano em particular, quando o FSP realizou seu primeiro encontro presencial após a pandemia de Covid-19, o seminário objetivava, conforme explicaram seus organizadores, não apenas reafirmar mais uma vez a centralidade estratégica da integração para a superação dos problemas históricos da região, mas principalmente debater os desafios e apresentar propostas concretas e imediatas para fazer avançar esse projeto.

Tendo isso em vista, o Seminário foi organizado em torno de duas mesas de debates. A primeira, coordenada pelo diretor de temas e cooperação internacional da Fundação Maurício Grabois (FMG), Ricardo Abreu Alemão, dedicou-se justamente a tratar das principais dificuldades e dos entraves a superar para concretizar a integração, e contou com exposições de **Pedro Silva Barros**, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA e ex-diretor de Assuntos Econômicos da Unasul (2015-2018); e **Juan Carlos Frometa**, responsável pelo Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista de Cuba. As duas exposições iniciais receberam comentários de **Sacha Llorenti**, Secretário de Relações Internacionais do MAS e ex-ministro do Interior da Bolívia; **Ariel Bergamino**, Presidente da Comissão de Assuntos e Relações Internacionais (CARIFA) da Frente Ampla e ex-vice-Ministro de Relações Exteriores do Uruguai; e **Citlalli Hernández Mora**, Senadora do México e Secretária Geral do MORENA.

A segunda mesa, por sua vez, tratou mais especificamente da apresentação de propostas em distintas áreas, para o que foi dividida em exposições temáticas, que abordaram as questões relativas à integração no âmbito da saúde; da neointustrialização, infraestrutura, energia e

1

☒ Relatório elaborado sob a responsabilidade de Iole Ilíada, do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo, que integrou a delegação da instituição ao XXVI Foro de São Paulo.

2

☒ Informações mais detalhadas sobre o XXVI Encontro podem ser obtidas em <https://forodesaopaulo.org/>.

planejamento; da soberania ambiental; dos aspectos monetário-financeiros; e da Amazônia. Tais temas foram abordados respectivamente por **Fernando Pigatto**, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS); **Pedro Silva Barros**, já apresentado acima; **Nilto Tatto**, Deputado Federal e ex-secretário de Meio Ambiente do PT; **Nilson Araújo de Souza**, economista, ex-professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e diretor da FMG; e **Raimunda Monteiro**, Secretária Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável (CDES/SRI/PR) e ex-reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A mesa foi coordenada por **Valter Pomar**, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Essas exposições iniciais foram seguidas de um debate aberto ao plenário, constituído por delegados, convidados, membros de corpos diplomáticos de outros países e demais interessados, que lotaram o auditório principal do FSP, no Hotel San Marco, em Brasília. Neste momento, fizeram uso da palavra Aída García-Naranjo (PS - Peru); Esteban Silva Cuadra (Plataforma *ALyC Mejor Sin TLC* - Chile); Jorge Kreyness (PC - Argentina); Laura Pinzón Capote, (*ALBA Movimientos* - Colômbia); Julio Muriente (MINH - Porto Rico); Consuelo Ahumada (PTC/Pacto Histórico - Colômbia); Gerardo Segarra (PNPR - Porto Rico); Claudio de Negri (PC - Chile); Pietro Alarcón (UP – Colômbia); Alejandro Rusconi (Movimento Evita - Argentina); Jesús Faría (PSUV - Venezuela); Tito Livo (APD - República Dominicana); Román Vega (*Movimiento para la Salud de los Pueblos* - Colômbia); João Batista (PT – Brasil); e Wang Yulin (PC – China), que falou ao fim dos trabalhos.

Além das duas mesas, houve uma breve sessão de abertura, com a participação dos representantes das fundações organizadoras, **Valter Pomar** e **Adalberto Monteiro** (presidente da FMG); e uma sessão de encerramento, a cargo da Secretária Executiva do FSP, **Monica Valente**, e da Secretária de Relações Internacionais do PCdoB, **Ana Prestes**.

Nossa intenção aqui não é relatar o que cada um dos participantes aportou individualmente à discussão, mas buscar realizar uma síntese política das principais conclusões oferecidas pelo debate realizado – conclusões essas que, portanto, são da inteira responsabilidade da autora do texto. Evidentemente, o texto trará muitas vezes referências específicas às importantes contribuições feitas no Seminário, caso em que será indicada a respectiva autoria.

Grandes desafios da integração em meio a um mundo em transformação

O primeiro aspecto a destacar no debate realizado é o grande consenso existente na esquerda latino-americana e caribenha, como bem observou Citlalli Hernández, sobre a importância fundamental da integração da região, seja para o desenvolvimento econômico dos países que a conformam, para a superação das desigualdades e de outras mazelas sociais que atingem seus povos, ou para a sua inserção soberana no mundo. A integração também teria apoio na maioria da população latino-americana e caribenha, sobretudo entre os jovens, conforme apontou Juan Carlos Frometa.

No entanto, e apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas – afinal, como nos lembrou Pedro Barros, em uma “perspectiva histórica longa” os esforços concretos para uma integração são um fenômeno recente na América-Latina e Caribe –, os desafios postos hoje para sua realização parecem ser maiores que aqueles encontrados há cerca de duas décadas, quando pela primeira vez as forças de esquerda estiveram à frente de grande parte dos governos da região.

Isso se dá, em primeiro lugar, porque atravessamos um período de grande instabilidade e grandes transformações no cenário econômico e geopolítico internacional, no qual, como destacou Ariel Bergamino – lembrando Gramsci –, o velho desmorona e o novo ainda não está conformado. As incertezas, nesse contexto em que escalam inclusive os conflitos bélicos, são maiores e ameaçam a todos os países.

Em segundo lugar – e todos os participantes chamaram a atenção para isso –, um dos efeitos desse momento de transição e incertezas é a ascensão de uma extrema-direita na região que, como destacou Frometa, hoje se articula internacionalmente e faz uso de novos expedientes para alcançar o poder, tais como o *Lawfare* e a disseminação de *fake news* nas redes sociais.

Aliás, não é mera coincidência que o interesse em fazer avançar a integração seja sempre maior nos momentos em que as forças de esquerda chegam aos governos dos países latino-americanos e caribenhos. À direita latino-americana, seja a de inspiração neofascista ou a velha direita neoliberal, desde sempre associadas aos interesses dos países centrais, não interessa conferir uma soberania econômica e política à região capaz de romper com os modelos de desenvolvimento dependentes e subalternos. Não por acaso, como destacou Pedro Barros, no período recente em que recuperaram vários governos da região, as primeiras medidas tomadas pelas forças de direita no âmbito da política externa foram no sentido de esvaziar as instâncias constituídas para a integração – UNASUL, CELAC etc. – e criar outros agrupamentos, tais como o PROSUL ou o Grupo de Lima, que tinham por objetivo não só dividir os países, como também possibilitar que os *interesses extra-regionais* se fizessem neles valer.

A este cenário de grandes transformações econômicas e políticas somam-se os desafios ambientais e climáticos, que ameaçam a própria sobrevivência dos seres humanos na Terra, assim como os sanitários, evidenciados pela pandemia de Covid-19 – cujo enfrentamento na região, aquela em que proporcionalmente houve mais vítimas no mundo, poderia ter obtido muito melhores resultados se tivesse havido maior integração e articulação entre os países.

A rigor, as mudanças geopolíticas – caracterizadas, como vários debatedores apontaram, pela debilitação da hegemonia dos EUA e pela tendência à conformação de uma ordem multipolar –, assim como a crise atual do capitalismo, apresentam consequências contraditórias para a região. De um lado, oferecem a oportunidade para pensar novos modelos de desenvolvimento e para uma realocação em uma nova configuração internacional, a partir de um “não alinhamento ativo”, que seja capaz de conferir à América Latina e Caribe maior relevância econômica e política – o que por sua vez, não há dúvidas, só pode ser obtido a partir da integração regional. Por outro lado, no entanto, tal situação reforça o ímpeto dos EUA em buscar conter e controlar a região, exercendo sobre ela sua política imperialista, como historicamente sempre o fez. Vale lembrar, aliás, como o fez Sacha Llorenti, da *Doutrina Monroe* (que completa 200 anos este ano, e por isso foi objeto de uma atividade específica no XXVI Encontro do FSP), do *Destino Manifesto* ou mesmo da *Doutrina de Segurança Nacional*, sempre voltadas a justificar o domínio e a tutela dos EUA sobre o resto do continente americano.

A propósito de tais políticas, os presentes condenaram enfaticamente o uso que os EUA têm feito das sanções e bloqueios contra os países que ousam enfrentar essas tentativas de domínio e tutela. Nesse sentido, por diversas vezes manifestaram sua solidariedade a Cuba, Venezuela e Nicarágua.

O que fazer?

Diante portanto dos antigos e dos novos desafios apresentados para levar a cabo o projeto de integração latino-americana e caribenha, o que é preciso fazer?

Antes de mais nada, como afirma Pedro Barros, é preciso superar a *desintegração econômica* e a *fragmentação política* que atingem hoje os países da região, inclusive para dissuadir os *interesses extra-regionais*. Isso implica a adoção de medidas concretas para uma integração das infraestruturas; dos mecanismos financeiros capazes de fomentar o desenvolvimento (incluindo a utilização de moedas alternativas ao dólar); da produção e distribuição de energia; das cadeias produtivas; da produção do conhecimento, ciência e tecnologia (a começar por aquela que se refere à promoção da saúde); e também das estruturas de defesa – defesa que deve garantir a paz na região e dissuadir as ameaças extra-regionais. Em linhas gerais, aliás, foi nessa direção que apontaram as 10 propostas apresentadas pelo presidente Lula na reunião com os demais presidentes sul-americanos, realizada em 30 de maio de 2023, em Brasília.

Para avançar nessas áreas, um primeiro passo importante é a rearticulação e/ou o pleno funcionamento das instituições que foram desmobilizadas pelos governos de direita na região, tais como a CELAC – que realizou importante reunião na Argentina em janeiro deste ano, e que participará agora em julho de uma cúpula com a União Europeia, em Bruxelas – e a UNASUL, cuja retomada enfrenta maiores dificuldades, não obstante a bem sucedida reunião de presidentes sul-americanos acima citada, convocada pelo governo brasileiro para entre outras coisas debater o assunto.

A importância de avançar na construção desses organismos reside no fato de que, conforme assinalou-se no debate, a *institucionalização* dos mecanismos de integração é algo fundamental para dar concretude e alguma estabilidade ao projeto.

Mas se é importante institucionalizar a integração, tão ou mais importante – como bem nos lembrou Ariel Bergamino – é que ela se converta também em um projeto reconhecido e defendido pelos povos da região, que precisam compreender como e em que ele beneficiará sua vida, assim como os reais motivos pelos quais a direita não pretende levá-lo adiante.

Por isso, a disputa de ideias nas sociedades latino-americanas e caribenhas é fundamental. Disputa que deve dar-se também no enfrentamento às ameaças neofascistas. Como destacou Citlalli Hernández, há novas gerações que não conhecem o perigo que essas forças representam, e nem a história de lutas e de resistência da esquerda para garantir a democracia e a soberania popular na região.

São tarefas e desafios difíceis, que não serão enfrentados, como ressaltou Juan Carlos Frometa, sem uma ampla unidade da esquerda latino-americana e caribenha, não só dos partidos políticos, mas também dos movimentos sociais e da intelectualidade progressista. É importante criar um grande movimento a favor da integração, que ajude a impulsioná-la e a superar os obstáculos citados.

Isso será tanto mais possível quanto mais a integração deixar de ser um ideal abstrato e passar a ganhar concretude. E apesar dos passos dados pelos governos de esquerda e progressistas da região no passado recente, há muito ainda por fazer. Algumas pistas nessa direção foram apontadas no Seminário, e serão a seguir apresentadas.

Neoindustrialização, infraestrutura, energia e planejamento: pilares fundamentais da integração

A América Latina e o Caribe como um todo, excetuando os países em que se instalaram *maquiladoras* para a produção estadunidense – que também trouxeram uma série de problemas, tais como trabalhos precarizados e mal-remunerados –, sofreram um processo de desindustrialização no último período, com destaque para Brasil e Argentina, que estão entre os países que mais perderam participação relativa na produção da indústria de transformação em todo o mundo. Se, como bem lembrou Pedro Barros, o economista Celso Furtado já alertava desde a década de 1950 para o risco de que as divisas fáceis obtidas com produtos primários acabassem obstruindo a constituição de cadeias produtivas mais complexas na região, não se deve esquecer que as políticas neoliberais implantadas nos anos 1980 e 1990 acentuaram ainda mais essa dificuldade.

É preciso, pois, *neoindustrializar* a região. A expressão “neoindustrialização” vem sendo usada para evidenciar que não se trata de repetir os padrões do passado: essa reindustrialização precisa incorporar as novas tecnologias e os produtos de nova geração; e deve ser ambiental e socialmente sustentável.

Se os mercados da América Latina e do Caribe são insuficientes para sustentar sozinhos os programas de reindustrialização, parece claro que as iniciativas isoladas que desconsiderem esse potencial tenderão a ter menos sucesso ainda.³ E é possível identificar complementaridades entre as produções dos distintos países. Um exemplo citado são os fertilizantes agrícolas, de que o Brasil é um grande consumidor, mas que exporta de longe, já que não há cadeias regionais de produção. Ou o caso do lítio, metal importantíssimo para a indústria de ponta farmacêutica e eletroeletrônica, cujas maiores reservas de que se tem conhecimento estão na Argentina, Chile e Bolívia. A região exportará o produto *in natura*, ou será capaz de internalizar seu processamento?

A neoindustrialização baseada em cadeias regionais de produção não será obtida, por sua vez, sem uma integração em termos de infra-estrutura e energia. No caso dessa última, aliás, vale lembrar que os potenciais da região são imensos. E nada disso será realizado sem planejamento e financiamento, o que implica possuir organismos que possam coordenar e fazer convergir ações nessa direção. Nesse sentido, o COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – precisa ser reestruturado. De igual maneira, o funcionamento da ALADI – Associação Latino-Americana de Integração – precisa ser atualizado.

Uma integração monetária é desejável?

Quando pensamos em integração monetária, em geral nos remetemos ao caso da União Europeia e à criação do Euro, que substituiu as moedas nacionais dos países que integram o bloco. Mas para Nilson Araújo de Souza, a observação daquele modelo deveria servir para que os latino-americanos e caribenhos não cometessem os mesmos erros.

Seu argumento é que a criação daquela moeda regional europeia buscou responder a uma necessidade produzida pela hegemonia do dólar após a ruptura do acordo de Bretton-Woods, hegemonia essa que colocou em risco as moedas dos demais países. Ele citou o caso japonês, cujo crescimento no pós-guerra foi visto como uma ameaça à economia dos EUA, e que teria “quebrado” quando o país norte-americano desvalorizou acentuadamente sua moeda.

Para evitar que isso ocorresse também com sua economia, a Alemanha teria acelerado a unificação das moedas europeias. Mas aqui residiria o problema: uma unidade monetária dessa natureza favoreceria sempre a economia mais forte – no caso, a alemã. Para os países menores da Europa, isso teria significado perda de soberania monetária e de um importante instrumento para a implementação de suas políticas econômicas.

Hoje muito se discute sobre a necessidade de desdolarizar a economia, e muitos acordos têm sido feitos para o uso de moedas locais nas trocas comerciais, sem necessidade de adquirir a moeda estadunidense. No caso latino-americano e caribenho, Nilson Souza defende que deva ser esse o caminho a ser seguido, e não o de uma *unificação monetária*. Caso contrário, os países menores da região seriam prejudicados.

Saúde e integração

Na já citada reunião dos presidentes sul-americanos de 30 de maio, a questão da integração da saúde recebeu atenção, seja nas propostas iniciais apresentadas por Lula, seja na declaração final do Encontro – que faz referência à cooperação “em áreas que dizem respeito às necessidades imediatas dos cidadãos”, citando entre elas a saúde. Este seria um ponto de partida importante: reconhecer a saúde como um direito fundamental dos povos – que deve, como ressaltou Fernando Pigatto, ser pensado não apenas como direito à “ausência de doença”, mas como promoção do bem-estar pleno, ofertado aos cidadãos de forma universal.

Para que essa integração se torne uma realidade, no entanto, é fundamental que o esforço de integração não se resuma aos âmbitos governamentais, mas envolva também as entidades da chamada sociedade civil.

A pandemia de Covid-19 mostrou o quanto a região ainda precisa avançar no combate às emergências médicas e sanitárias, evidenciando, por um lado, o quanto elas são impactadas pelas desigualdades sociais e, por outro, a importância da presença do Estado na condução das políticas de saúde.

Além do atendimento a um direito fundamental das populações, a área de saúde também pode oferecer à região oportunidades para a neointustrialização acima discutida, com a ampliação, de forma integrada pelos distintos países, da pesquisa, produção e distribuição de insumos, medicamentos e materiais médicos, assim como de infraestruturas para o saneamento.

Como iniciativa importante no sentido dessa integração, Pigatto destacou a criação, em abril deste ano, da Agência de Medicamentos da América Latina e Caribe (AMLAC). Inicialmente formada por uma parceria entre México, Cuba e Colômbia, a expectativa é que mais países se somem ao organismo, cujo objetivo é trabalhar de maneira articulada pela segurança sanitária da região, favorecendo o acesso a médicos e medicamentos eficazes e de qualidade a custos mais baixos.

De igual modo, deveria ser reativado o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), criado no âmbito da UNASUL, cujas atividades foram suspensas em 30 de junho de 2019.

Soberania ambiental e Amazônia

A soberania ambiental poderia ser definida como o direito dos povos a decidirem sobre os destinos de seu meio-ambiente e de seus recursos naturais, o que também incluiria o direito de cuidar desse patrimônio, que será legado às próximas gerações, de forma sustentável. Se a defesa dessa soberania exige uma participação ativa do Estado, que deve pensar políticas públicas – inclusive de Defesa – que a garantam, ela muitas vezes depende de uma articulação entre vários países, já que os ecossistemas obviamente não respeitam as fronteiras nacionais estabelecidas pelas sociedades humanas. Nesse tema, portanto, avançar na integração regional é fundamental.

Um exemplo disso é a Amazônia, que se estende pelos territórios de Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana, Guiana Francesa e Equador, e cujos potenciais naturais, os saberes tradicionais e a biodiversidade são objetos de interesses extra-regionais. Para Nilto Tatto, a Amazônia é hoje estratégica para a integração, seja por ser fundamental na elaboração de um projeto comum alternativo e soberano de desenvolvimento, seja porque pode ampliar a voz da região no âmbito internacional, já que esse ecossistema nunca esteve tão no centro do debate mundial como nos dias atuais. No entanto, é preciso reconhecer que os avanços realizados nessa direção em governos anteriores, mesmo os de esquerda, foram pequenos.

Daí a importância da *Cúpula da Amazônia*, iniciativa do governo brasileiro que reunirá, em agosto deste ano, na cidade de Belém/PA, os chefes de Estado dos países abrangidos, visando a retomar o diálogo regional e estabelecer compromissos de cooperação para o desenvolvimento sustentável. Também foram convidados para o encontro representantes de Indonésia, República Democrática do Congo e Congo Brazzaville, que abrigam as duas outras grandes florestas tropicais do mundo. A Cúpula deverá ser precedida pelos *Diálogos Amazônicos*, fórum que possibilitará a participação, no debate e na formulação de propostas, de organizações da sociedade civil dos países amazônicos.

Entretanto, Nilto Tatto alertou para algumas das condições fundamentais que devem estar na base desse projeto de integração para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. A primeira é que esse projeto não será bem sucedido se não for capaz de romper com a lógica da apropriação privada dos seus recursos naturais e com sua subordinação aos interesses do Capital, em geral alheios à região e extremamente predatórios. Sem essa ruptura, não haverá efetiva soberania ambiental. A segunda é que não se combaterá o desmatamento e a crise climática – que tanto chamam a atenção do mundo para esse ecossistema – sem se combater a pobreza e as desigualdades sociais. Os povos amazônicos em toda a América do Sul, 70% dos quais vivem nas cidades, precisam ser beneficiados por projetos de desenvolvimento que permitam atender suas demandas e melhorar efetivamente suas condições de vida. É importante destacar que a riqueza da Amazônia oferece muitas oportunidades nesse sentido, sobretudo no campo da biologia, da química e da genética, que se coadunam com as propostas de neointustrialização citadas anteriormente.

E a terceira condição – certamente a mais importante – é que nada disso poderá ser feito sem a participação dos próprios amazônicos, uma população estimada na casa dos 48 milhões, cujo conhecimento deve ser valorizado e cuja voz e opinião devem ser as primeiras a serem ouvidas.

Aliás, essa reivindicação pode ser traduzida na palavra de ordem *nada sobre a Amazônia sem as e os amazônidas*, que deve ser incorporada como fundamento de qualquer projeto na região.

Na mesma direção apontou Raimunda Monteiro, para quem é fundamental dar o devido protagonismo à população local e ao chamado capital científico e intelectual que já está instalado na região em todos os países, mas que quase sempre é “subsumido” quando se trata das relações Norte-Sul ou de projetos que impliquem o financiamento por parte dos países centrais.

Raimunda Monteiro destacou estar ali como uma espécie de porta-voz da posição que vem sendo construída pela esquerda da Amazônia brasileira e pelos fóruns sociais pan-amazônicos – e que remonta a 1989, quando, pela primeira vez em uma reunião do programa de governo de Lula à presidência, militantes partidários, intelectuais progressistas e representantes de movimentos sociais discutiram o tema. Nessa condição, apresentou o comunicado elaborado por um grupo de amazônidas brasileiros presentes no FSP⁴ a propósito da Cúpula convocada pelo presidente Lula, já citada acima.

Entre outras coisas, o comunicado alerta para os riscos que uma cooperação insuficiente dos países amazônicos pode acarretar, ao deixar os povos da região vulneráveis ao narcotráfico, a outras modalidades de crime organizado, ou mesmo à apropriação e grilagem das terras a partir de ações violentas. Daí ser fundamental a elaboração de estratégias integradas no subcontinente para a sua preservação e desenvolvimento – que não se confundem com aquelas defendidas pelos países centrais, que em geral tentam impô-las à região via políticas de financiamento ou acordos bilaterais e multilaterais de distintas naturezas.

Outros temas

No debate realizado com o plenário, outros temas de relevância para a questão da integração foram levantados – a começar pelo fato de que a região, muito antes da colonização europeia, já era ocupada por povos milenares que não se distribuíam no território segundo as atuais fronteiras. A integração, portanto, de certo modo estaria nas raízes dos povos latino-americanos e caribenhos. E esses povos – os sujeitos sociais da integração –, para além dos Estados, também precisam ser integrados. Daí a importância de organizar sempre *cúpulas sociais*, que devem ser realizadas como contraparte dos encontros do Mercosul, Unasul, CELAC etc.

De igual maneira, ressaltou-se o papel das forças políticas nesse debate, com destaque para aquele que pode ser jogado pelo próprio Foro de São Paulo, como espaço privilegiado para o diálogo, a articulação e a convocação das populações em torno da agenda da integração.

Também foi lembrado que não se pode discutir a integração sem levar em conta que, na região, ainda existem territórios sob domínio colonial, subordinados a países como EUA (caso de Porto Rico), França (caso da Guiana Francesa), Reino Unido (caso das Ilhas Malvinas) ou Países Baixos (caso de Aruba, Bonaire e Curaçau).

Outro tema que mereceu destaque foi aquele relativo às migrações, questão que afeta alguns dos países latino-americanos e caribenhos, e que não pode ser enfrentada apenas em âmbito nacional, necessitando de políticas e de um compromisso assumido por todos na região. De igual maneira,

4 ²O referido comunicado pode ser lido em <https://forodesaopaulo.org/comunicado-sobre-a-cupula-da-amazonia-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica/>.

chamou-se a atenção para os desafios que representa a presença de bases militares dos EUA no território regional – a Colômbia por exemplo é vista como um “aliado estratégico” da Otan –, bem como para os problemas trazidos pela política de combate às drogas do país norte-americano, usada muitas vezes como pretexto para intervenções nos países latino-americanos e caribenhos.

Finalmente, ressaltou-se que a paz total e a segurança regional devem ser buscadas pelos governos da região, mas sempre a partir de uma política soberana e integrada, sem a interferência de países que não fazem parte dela. Assim como também deve ser soberana a capacidade da região de financiar seus próprios projetos – daí a importância da criação de instituições como o Banco do Sul – e de oferecer apoio, acompanhamento e aval para os processos eleitorais nacionais, sem a necessidade da chancela de organismos extra-regionais – daí a proposta de funcionamento de um observatório ou de um conselho eleitoral, como chegou a ser aprovado no âmbito da Unasul.

Esse foi, em linhas gerais, o debate realizado no Seminário organizado pela fundações no Foro de São Paulo. Debate que, se por um lado evidenciou mais uma vez a importância da integração para o desenvolvimento econômico e social da região, por outro mostrou que os desafios que esse projeto enfrenta não são pequenos. A favor de sua implementação, contudo, joga agora a experiência que foi acumulada pelas forças políticas de esquerda, populares e progressistas da América Latina e do Caribe ao longo das últimas décadas, com a qual se pode e deve aprender sobre os caminhos a seguir – e aqueles a contornar – visando a avançar nesse objetivo estratégico para a região.